

## **CAPÍTULO 2**

# **A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL AFRICANA E AS SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA**

**Alexandra Magnólia Dias<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Prof. Nuno Severiano Teixeira ter-me desafiado a refletir acerca da política externa de Portugal para África e ao Prof. Carlos Gaspar pelos seus comentários durante os seminários que antecederam a preparação da presente obra. O meu profundo reconhecimento ao António Raimundo pelo desafio que me lançou para pensar o contexto africano e as suas implicações para a política externa de Portugal no período pós-colonial.

*O propósito do presente capítulo é compreender a evolução da sociedade internacional africana e as implicações para as relações com atores extra-continentais, mais especificamente com Portugal. A partir da abordagem da Escola Inglesa de Relações Internacionais o objetivo é perceber de que forma o solidarismo nesta sociedade internacional africana foi variando ao longo de diferentes eras das relações internacionais, e a maneira como tal condicionou ou impeliu a re-aproximação entre Portugal e os Estados soberanos do espaço lusófono. O capítulo argumenta que foi justamente a variabilidade da saliência do solidarismo na sociedade internacional africana que criou margem para essa re-aproximação.*

palavras-chave: Sociedade Internacional, Solidarismo, Pan-Africanismo, espaço Lusófono, relações Norte-Sul, Sul Global

O anticolonialismo, a oposição ao apartheid, o não-alinhamento, e o objetivo de modernização/desenvolvimento constituíram os princípios comuns das políticas externas dos Estados africanos, recém-independentes (Wright, 1999, p. 7). De todos, o fim do imperialismo europeu, alcançado com o fim do colonialismo português em África, deixou um legado histórico de um solidarismo sem precedentes sob a forma do reconhecimento de que todos os povos são iguais (Buzan, 2014, p. 156). Este contexto foi determinante para a evolução da política externa dos novos Estados africanos em relação aos movimentos de libertação nacional do espaço lusófono e a Portugal. A pergunta de partida do presente estudo consiste em aferir: quais as implicações do solidarismo de uma sociedade internacional africana (SIA) para a política externa portuguesa para África no período pós-colonial? Em complementaridade com esta pergunta de partida o estudo visa compreender de que forma outros atores externos tiveram em conta e influenciaram a retirada e o subsequente regresso de Portugal a África.

Em termos de período de análise é importante recuar à criação da Organização da Unidade Africana (OUA), incluindo os debates e as contradições das diferentes visões das lideranças dos novos Estados e dos movimentos de libertação nacional, passando pela expulsão da última potência europeia de territórios colonizados, i.e. Portugal. De seguida, o enfoque é nas dinâmicas da Guerra Fria, o desinteresse das superpotências relativamente a África no pós-Guerra Fria, até à criação da União Africana (UA) e o crescente envolvimento das potências emergentes. Em suma, o presente capítulo tem por objetivo compreender as implicações das dinâmicas da sociedade internacional africana para as relações de Portugal com os Estados africanos nos seguintes momentos: a) na fase final do colonialismo português em África; b) no período pós-colonial no contexto da Guerra Fria; c) no período pós-Guerra Fria até ao pós-11 de setembro de 2001 e, finalmente, d) o período de envolvimento das potências emergentes.

Numa primeira parte iremos proceder à clarificação do enquadramento teórico, para de seguida percebermos na análise triangular de diferentes atores (os movimentos de libertação do espaço lusófono, os Estados recém-independentes e outros atores externos) a emergência de uma sociedade internacional africana. Tal secção mostra como a trajetória da sociedade internacional africana e os movimentos de libertação nacional se tornaram mutuamente constitutivos, tendo o solidarismo nesta sociedade atingido maior saliência com a admissão na mesma dos novos Estados independentes. Na secção seguinte debruçamo-nos sobre o enquadramento da Guerra Fria para entendermos em que medida o envolvimento das superpotências em África contribuiu para a consolidação ou diluição do solidarismo da sociedade internacional africana, bem como as repercussões

para as relações entre tal sociedade regional (com particular enfoque nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP) e Portugal. No pós-Guerra Fria visa-se compreender de que forma as mudanças, e eventualmente as continuidades, tiveram implicações para as relações entre estes Estados e Portugal. O capítulo revela como o desinteresse por parte da principal superpotência criou espaço para um maior envolvimento de outros atores, incluindo Portugal. Finalmente, o capítulo explora as implicações do maior envolvimento das potências emergentes (mais especificamente a China) nos PALOP para as relações com Portugal.

## **Sociedade Internacional Global e Sociedade Internacional Regional**

Começamos por clarificar alguns conceitos centrais da Escola Inglesa de Relações Internacionais que serão de elevado valor heurístico no contexto do presente estudo. Tais conceitos são: sociedade internacional global e tendências de solidarismo ou pluralismo numa sociedade internacional regional: a sociedade internacional africana. No contexto do presente estudo adotamos a abordagem de Buzan que reconhece a existência de sociedades internacionais culturalmente distintas e concebe a sociedade internacional global como Ocidental porque se constitui enquanto um aglomerado, em termos de núcleo-periferia, com um Ocidente dominante e uma variedade de sociedades internacionais regionais que manifestam graus variáveis de concordância e alienação entre si e o núcleo (Buzan, 2014, p. 59). Esta distinção aparece como particularmente relevante numa era das relações internacionais de transição de um mundo Ocidentocêntrico para um mundo pós-Ocidental, de contornos ainda indefinidos.

O solidarismo no quadro da abordagem da Escola Inglesa não se esgota ou se apresenta como sinónimo com a norma da solidariedade que rege outros movimentos. Esta norma de solidariedade noutros contextos está relacionada com o pan-africanismo, o Movimento dos não-Alinhados durante a Guerra Fria, a solidariedade transnacional anticolonial, anti-apartheid, anti neocolonial ou, finalmente, no contexto do pós-Guerra Fria, a solidariedade contra as violações dos direitos humanos em grande escala desde o genocídio no Rwanda (de Waal, 2015). O presente capítulo, parte do pressuposto que o grau de solidarismo numa sociedade internacional regional pode ser aferido em termos do respeito pelos princípios e valores norteadores da ordem nessa sociedade e pela aplicabilidade da lei em caso de incumprimento, pela prevalência dos interesses regionais sobre os nacionais e do interesse coletivo sobre os interesses comuns, pela expansão do âmbito dessa sociedade e, finalmente, pelo grau de consenso nessa sociedade

em torno das normas e dos valores comuns (Yan, 2013, pp. 89-92). Para aferir o grau de pluralismo numa sociedade internacional regional tem-se em conta as situações em que os Estados têm interesses e valores distintos e a sociedade internacional criada serve o propósito apenas de garantir a sua coexistência em relativa harmonia (Mayall, 2000, p. 14).

No contexto do presente capítulo optamos por seguir a definição de uma sociedade internacional que coloca a ênfase nos princípios e práticas aceites a nível global, a saber: o respeito pela igualdade soberana, a não intervenção, a autodeterminação, a integridade territorial, as leis que regem a guerra e os princípios do multilateralismo (Dunne & Reus-Smitt, 2017, pp. 5). Finalmente, considera-se que tanto a OUA como a UA correspondem ao ímpeto de institucionalização de diferentes versões do pan-africanismo. Neste sentido a análise da evolução da sociedade internacional africana será aferida na variabilidade do solidarismo em relação com as diferentes visões do pan-africanismo ao longo do período de análise. Estas questões de natureza teórica são essenciais para entendermos as relações internacionais africanas e as implicações para o exterior, nomeadamente para Portugal.

Este estudo irá distanciar-se da concepção original da Escola Inglesa de uma sociedade internacional apenas composta por Estados soberanos (Mayall, 2000, p. 14). Os atores não estatais representados pelas formações da diáspora e pelos movimentos de libertação nacional serão incluídos na sociedade internacional africana na medida em que a sua ausência tornaria impossível apreender a consolidação de uma sociedade internacional nesta região caso restringíssemos a análise apenas aos Estados independentes aquando da criação da OUA em 1963. A inclusão de atores não estatais afasta-se da concepção ortodoxa de Hedley Bull que considerava este tipo de atores enquanto revolucionários e disruptivos da ordem internacional. É necessário clarificar que a sua inclusão no âmbito do presente estudo é justificada e limita-se aos casos em que os atores sob análise se conformam à ideia convencional de movimentos com aspirações à condição de Estado aceite pela sociedade internacional. Acresce o facto de na análise da política externa dos Estados independentes ser importante ter em conta o legado das relações de solidarismo durante o período de insurreição face ao colonizador que iria influir nas relações e na procura de novos parceiros no período pós-colonial.

Finalmente, a definição da sociedade internacional africana é continental e a sua demarcação não coincide necessariamente com a OUA ou a UA (Yan, 2013, p. 8). Mais concretamente, Marrocos apesar da saída da OUA (1984-2017) desempenhou um papel fundamental na emergência de uma sociedade internacional africana tendo providenciado exílio e apoio ao Grupo de Casablanca, manteve

uma forte identidade africana e nunca deixou de participar nas relações internacionais africanas (Yan, 2013, p. 9).

## **A Sociedade Internacional Africana e o colonialismo português**

Nesta secção importa compreender a complementaridade e/ou as tensões entre o pan-africanismo, o solidarismo e as diferentes concepções de soberania desde as independências até após a constituição da União Africana. A Criação do Comité de Libertação da OUA, também denominado Comité de Ajuda aos Movimentos de Libertação, constituiu um impulso determinante à eficácia dos movimentos de libertação nacional face ao colonialismo português porque dotou os mesmo de apoio financeiro, logístico e de treino na Tanzânia (Pedro, 2019). Da era da descolonização, Lisboa aproveitou a ameaça da expansão soviética para apresentar e legitimar perante os aliados NATO a sua contra-insurreição. Portugal argumentou que estava a lutar contra movimentos comunistas apoiados por Moscovo (Schmidt, 2013, p. 82). Num contexto de Guerra Fria, Portugal procurou retirar partido quer das cisões internas entre facções, quer da sobreposição dos interesses nacionais aos interesses comuns da SIA sempre que os primeiros colocavam em causa os interesses coletivos de uma sociedade internacional africana.

### **Pan-africanismo, solidarismo e soberania**

A análise da evolução do pan-africanismo permite identificar uma continuidade na trajetória da sociedade internacional africana, a saber, o desafio e a dificuldade em reconciliar os interesses coletivos com a soberania nacional. As divergências entre as narrativas e as práticas só podem ser entendidas à luz desta tensão entre pan-africanismo e soberania nacional. Pode-se falar de três visões do pan-africanismo: uma territorial, outra racial, e, uma outra ainda, cultural. Certos autores dividem o pan-africanismo por blocos, em torno das metáforas das cidades a que ficariam associados. A saber, o bloco de Brazzaville, o de Casablanca e o de Monrovia.

A visão do pan-africanismo que viria a ser institucionalizada com a criação da OUA seria uma interpretação territorial consubstanciada no reconhecimento das fronteiras herdadas do colonialismo e na organização do continente em Estados soberanos institucionalizando os princípios contidos na visão do Grupo de Monrovia (Ndoluvu-Gatsheni, 2014, p. 25). A visão de pan-africanismo de

Amílcar Cabral assentava na oposição ao imperialismo e contestava as contradições das formas de solidariedade internacional presentes nas visões do pan-africanismo e da negritude assentes na raça ou num essencialismo cultural que pressupunha um regresso às origens (Shilliam, 2011, p. 6). Com efeito, Jones (in Shilliam, *idem*) argumenta que o contributo original das lideranças dos movimentos de libertação nacional do espaço lusófono foi precisamente a recusa explícita de categorias raciais, tais como “opressor branco Europeu” e “negro vítima” (p. 48). As experiências de Agostinho Neto, de Amílcar Cabral, de Eduardo Mondlane e de Samora Machel levaram-nos a postular de forma assumida e clara a sua oposição não contra os portugueses (com quem partilhavam também a opressão por parte do regime fascista) mas contra o colonialismo português e contra o imperialismo europeu de um modo geral.

Com efeito, para Cabral foi central enquadrar a luta contra o colonialismo português no quadro da solidariedade pan-africanista e de uma identidade africana ancorada no anti-colonialismo europeu (Fobanjonj, 2006, p. 113). Este posicionamento das lideranças dos movimentos de libertação nacional no espaço lusófono estava em linha com o denominador mínimo comum subjacente à constituição de uma sociedade internacional africana e consubstanciado aquando da criação da OUA: a visão de que o continente tinha de ser descolonizado (Yan, 2013, p. 125). O Imperador Etíope Haile Selassie, na cimeira de 1963 de Chefes de Estado e de Governo que entretanto se tinham tornado soberanos, afirmava que “a nossa liberdade será insignificante até que toda a África seja livre” (*ibidem*). Este posicionamento teria implicações para Portugal.

### **Implicações do Solidarismo para a política externa portuguesa para África**

As relações entre Portugal e a Etiópia, que tinham culminado com uma visita por parte do Imperador Haile Selassie a Portugal em 1959, foram afetadas com o posicionamento da Etiópia na SIA e a criação da OUA, com sede em Adis Abeba (Etiópia). Em consequência do não reconhecimento do direito à autodeterminação das colónias por parte de Portugal o Imperador Etíope, enquanto guardião dos princípios da SIA emergente, avisava Portugal que o custo desta posição seria a ruptura de relações diplomáticas entre Portugal, a Etiópia e os restantes Estados-membros da OUA. A consequência foi o encerramento da Embaixada de Portugal na Etiópia em 1963 que seria vendida a Israel. Portugal só voltou a abrir uma nova Embaixada na Etiópia em 2002 (de Barros, 2009, p. 47).

Portugal decidiu arriscar uma trajetória única face aos “ventos de mudança” identificados pelo Primeiro Ministro britânico Harold McMillan no seu famoso

discurso de 1960 com o gradual reconhecimento do fim dos impérios europeus em África (Schmidt, 2013, p. 6). Portugal despendia recursos humanos e financeiros na reformulação da sua política externa face à NATO e à ONU apresentando o seu esforço da manutenção do Império, no quadro da resistência à expansão do comunismo no Terceiro Mundo. As colónias eram apresentadas enquanto províncias ultramarinas. Por seu turno, a estratégia militar de contra-insurreição comportou elevadas perdas de vida ao longo dos treze anos que durou a Guerra: dos 105.000 efectivos associados ao Estado colonial, Portugal sofreu 8.831 baixas, 4.280 em combate (Teixeira, 2017, p. 562).

As trajetórias das lideranças dos movimentos de libertação individualmente consideradas são essenciais para entendermos as relações transnacionais desses movimentos, envolvendo atores estatais e atores não estatais através dos territórios coloniais de Portugal em África, dos novos Estados independentes em África e através das sociedades internacionais africana e global. Mas esta opção teve custos podendo argumentar-se que a longo prazo contribuiu para a emergência de um grau de intervencionismo por parte de atores regionais e extra-regionais que em grande parte perpetuou os conflitos armados após as independências, em especial de Angola (Guimarães, 2001) e de Moçambique. Estes dois fatores foram determinantes no re-ajustamento tímido das relações pós-coloniais entre Portugal e estes Estados, como será desenvolvido na seção seguinte. A multiplicação de facções internas e de movimentos de insurreição por território colonial conduziu a um aumento da interferência por parte de atores externos, tanto regionais como extra-regionais.

Neste contexto, apesar do seu isolamento internacional, Portugal tentou posicionar-se estrategicamente face a um conjunto de tensões ao nível interno, regional e global. Ao nível interno, estas tensões e conflitos de intensidade variável referem-se a facções dentro dos movimentos e entre movimentos pela representação do território. Ao nível regional, referem-se às rivalidades entre os Estados da região no apoio a diferentes movimentos quer em Angola, quer em Moçambique. Tal prática contribuiu para enfraquecer o princípio da OUA de unidade na representação dos movimentos de libertação nacional e teve por consequência criar divergências nos apoios aos mesmos por parte dos Estados membros da OUA. Finalmente ao nível global, da parte dos Estados extra-regionais, na ONU, os movimentos beneficiaram das diferenças em termos de alinhamentos com o modelo capitalista ou de orientação marxista. Em consequência, acabaram por beneficiar de apoios por parte do bloco afro-asiático, dos aliados Ocidentais, ou do bloco socialista.



No caso de Angola a rivalidade entre os três principais movimentos de libertação nacional só chegaria a um consenso ao nível da OUA já depois da independência, quando o anti-colonialismo face a Portugal estava resolvido e o conflito sofreu ramificações da política de desestabilização da África do Sul, com a interferência desta em apoio à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto. Neste contexto, a OUA alinhou com a orientação de Moscovo e de Havana e apoiou sem reservas e em exclusivo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Já no caso das relações com Portugal, no período pós-colonial haveria ressentimento e desconfiança de Luanda face a Lisboa derivado do apoio preferencial por parte do filho do antigo Chefe de Estado, Mário Soares, ao movimento de oposição ao MPLA: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (Vines, 2012, p. 369; Carvalho, 2018, p. 154). No entanto, mesmo em Portugal não havia consenso em relação ao apoio aos protagonistas em Angola, havendo igualmente facções que apoiaram o MPLA (de Sá, 2019).

No caso das lideranças dos movimentos nacionais de libertação do espaço lusófono, é de assinalar que durante a insurreição os seus líderes procuraram apoio junto dos novos Estados independentes em contiguidade territorial. Assim sendo, a FRELIMO no seu estágio formativo beneficiou do apoio da Tanzânia de Julius Nyerere, nomeadamente para estabelecer bases no norte, em Cabo Delgado e Niassa. Em retaliação, no âmbito da ofensiva *Gordian Knot*, Portugal iria levar a cabo bombardeamentos de vilas na área fronteiriça na Tanzânia. Por seu turno, a Guiné-Conacri de Sekou Touré apoiou o PAIGC de Cabral e o MPLA de Neto. Em termos individuais, as lideranças também beneficiaram de apoio. Samora Machel beneficiou do apoio do ANC no Botswana para ir de Moçambique para Dar es Salaam em 1963. Agostinho Neto depois de ter saído da prisão em Portugal, em 1962, beneficiou do apoio do Partido Comunista Português para partir para o exílio com a sua família em Paris (Jones, 2011, p. 58). Na África Austral, a UNITA e a SWAPO tornaram-se aliados durante a Guerra Fria (Pedro, 2019). Todos estes apoios e manifestações de solidariedade, quer por parte de atores estatais quer por parte de atores não estatais, revelam-se essenciais para entendermos as implicações das relações destes atores com Portugal, uma vez reinstaurada a democracia em Portugal e garantida a independência aos novos Estados no espaço lusófono em África.

Ao nível global, Lisboa ciente da oposição ao colonialismo português por parte do bloco afro-asiático na ONU e, posteriormente, em Adis Abeba na OUA, tentou aplacar alguns dos seus tradicionais aliados ocidentais através da ambiguidade narrativa, não declarando de forma decisiva o não-reconhecimento da autode-

terminação nem fazendo qualquer alusão a um marco temporal de efetivação de tal orientação política. Tal ambiguidade denotava a tomada de consciência de que o bloco afro-asiático não seria conquistado para a órbita dos amigos de um Portugal de ‘Províncias Ultramarinas’. Era necessário garantir apoios formais e informais para mitigar a ameaça à sobrevivência do regime autoritário que o reconhecimento do direito à autodeterminação e a independência dos territórios sob dominação colonial em África e na Ásia representavam.

Na fase de descolonização, os movimentos de libertação nacional por seu turno tentaram retirar vantagem quer das dualidades entre aliados NATO, no seu apoio à descolonização *versus* contenção da ameaça comunista, quer das rivalidades entre a China e a URSS. Na realidade, o envolvimento Soviético no início da década de 1960 ainda era reduzido. No final os movimentos de libertação nacional beneficiaram de apoios múltiplos, a saber: junto dos aliados NATO, por parte da Noruega, Dinamarca (Yussuf Adam, 1996) e Itália (Monteiro, 2012; Tornimbeni, 2018), e fora da NATO, por parte da Suécia e da Finlândia (Yussuf Adam, 1996). Beneficiaram também do apoio de atores não-estatais tais como o Conselho Mundial das Igrejas. De todos os atores enunciados o apoio por parte do Comité de Libertação da OUA foi o mais significativo. No entanto, o consenso na OUA em torno da norma de apoiar apenas um movimento de libertação por colónia terá indiretamente contribuído para tornar as facções dentro dos movimentos ou os outros grupos não reconhecidos pelo dito Comité da OUA mais permeáveis às ingerências dos atores externos (Pedro, 2019). Com efeito, o objetivo de sobrevivência em espaços disputados por uma miríade de atores com o fim de capturar o poder após o derrube da potência colonial teria precedência sobre os restantes objetivos da insurreição.

Finalmente, importa salientar que o tipo de descolonização em cada um dos espaços ocupados pelos antigos colonizadores europeus viria a ser determinante em termos das relações externas das lideranças dos diversos movimentos de libertação nacional. Este aspeto é particularmente relevante para o entendimento das relações externas dos vários movimentos de libertação do espaço lusófono, visto que a guerra prolongada obrigou-os a tecerem relações com poderes externos alternativos e contribuiu para um afastamento nas relações entre Portugal e os Estados recém-independentes nas primeiras décadas do período pós-colonial (Clapham 1996, p. 41). Este será o objeto da próxima secção.

## A política externa dos novos Estados independentes no contexto da Guerra Fria

Em termos de relações com o exterior, no período pós-colonial as relações com as superpotências substituíram as relações com as antigas potências colonizadoras. Este foi o pilar favorecido pelos Estados soberanos do espaço lusófono nas primeiras décadas da independência. Em segundo lugar, verificou-se um centrar das relações nos espaços anglófono e francófono pela via multilateral, através da *Commonwealth* (criada em 1949) e da *Francophonie* (1970) respetivamente. A reconfiguração das relações entre França e o Reino Unido e os Estados africanos neste período seguiu uma trajetória de aproximação imediata. Tal contrasta com a ruptura de relações entre Portugal e os Estados do espaço lusófono africano nas primeiras décadas de independência. Com efeito, a proximidade entre os Estados do espaço francófono e a França seria de tal ordem que se tornou comum designá-la de “Françafrique” (Banégas et al. 2007). O termo foi inicialmente cunhado pelo Presidente da Costa do Marfim Félix Houphouët-Boigny para realçar os laços históricos entre a França e África, tendo com o passar do tempo adquirido uma conotação negativa, tornando-se sinónimo de neo-colonialismo (Taylor, 2010, p. 51).

Em paralelo, as relações entre os denominados países do Terceiro Mundo no contexto do Movimento dos Não-Alinhados constituíram um pilar importante das relações internacionais africanas extra-região, com implicações para a tomada de posições comuns nas Nações Unidas, representando uma manifestação embrionária de solidariedade Sul-Sul e de solidariedade através de sociedades internacionais regionais. No entanto, esta solidariedade revelou-se algo volátil e circunstancial. Com efeito, sempre que os interesses nacionais entravam em rota de colisão com os interesses colectivos, os primeiros tenderam a sobrepor-se à solidariedade terceiro mundista (Clapham, 1996, pp. 125-126).

Verificou-se um alinhamento em termos de orientação de programas de desenvolvimento nacional com os modelos de inspiração socialista, de economia planificada, da União Soviética (casos de Angola e de Moçambique) e os modelos de desenvolvimento capitalista de inspiração norte-americana.

Os imperativos de construção do Estado e da Nação, bem como do desenvolvimento nacional, contribuíram para um retraimento da liberalização política e para a justificação da consolidação de regimes de partido único. Esta via, por sua vez, teria como consequência o encerramento do espaço formal para a manifestação pacífica de movimentos de oposição. A tomada de poder pela via da força, nomeadamente através de golpes de Estado liderados por militares, tornou-se a

regra (e não a exceção) para a alternância no poder. Tal configurava as dificuldades inerentes à trajetória dos Estados pós-coloniais e à sua condição de soberania jurídica, por oposição a uma soberania efectiva (i.e., o seu reconhecimento internacional, independentemente da sua viabilidade político-económica ou de preenchimento dos requisitos inerentes à condição de Estado no sentido de graus de “statehood”) (Clapham, 1998). Em resultado desta dependência em relação ao exterior, diversos Estados desenvolveram uma estratégia de extraversão, i.e. mantinham-se no poder graças ao apoio dos doadores internacionais e dos patronos externos (nomeadamente as superpotências) isentando-se de prestação de contas (no sentido de *accountability*) perante os círculos internos.

No quadro da rivalidade entre as superpotências para garantirem a ampliação da sua esfera de influência, as lideranças dos Estados africanos souberam posicionar-se ou alinhar-se em função dos seus interesses de sobrevivência no poder. Alguns Estados tentaram manter o não-alinhamento económico para se furtarem à adoção do modelo de engenharia social baseado no socialismo ou no capitalismo, em concordância com o alinhamento político com Moscovo ou Washington, respectivamente.

Após duas décadas de independência, alguns dos Estados africanos subordinaram os princípios norteadores dessa mesma sociedade e das suas políticas externas às necessidades mais urgentes de construção do Estado, da nação e de desenvolvimento económico. A sua dependência externa obrigou a um recalibrar das expectativas e à adaptação aos constrangimentos das relações internacionais com o exterior. Neste contexto, os Estados viram-se impelidos a retirar benefícios da rivalidade entre os dois blocos e a multiplicar as relações com outros Estados (Nzomo in Wright, 1999, p. 186). Estes desenvolvimentos contribuíram para o desanuviar das relações entre Portugal e as antigas colónias porque houve uma mudança de paradigma por parte da SIA com o exterior. Neste contexto se insere a oportunidade de re-aproximação de Portugal em relação às antigas colónias.

A aproximação gradual entre Lisboa e os Estados do espaço lusófono africano tornou-se inevitável por duas razões principais. Em primeiro lugar, Portugal apresentou-se gradualmente como um Estado integrado no projeto político de construção europeia com um conhecimento ‘privilegiado’ de África que poderia ser potenciado pelas lideranças políticas do espaço lusófono. Além disso, para os Estados africanos a dimensão de Portugal, em comparação com a França ou o Reino Unido, tornaria inviável as pretensões neo-coloniais de algumas secções da sociedade portuguesa ou daqueles que alimentavam uma certa nostalgia imperial. Com efeito, a integração de Portugal no projeto político europeu tornava-o um parceiro ou um interlocutor valioso nas relações entre os PALOP e os par-

ceiros europeus de Portugal. No caso dos PALOP, a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 significou que Lisboa poderia ser um intermediário útil em Bruxelas para Luanda, Maputo, Bissau, Cidade da Praia e Cidade de São Tomé (Raimundo, 2012, p. 53). Face a esta conjuntura, prevaleceu a visão pós-imperial de Portugal na orientação da sua política externa para África.

Nos finais da década de 1970, início dos anos 1980, Portugal sob a Presidência de Eanes deu passos importantes na reaproximação às antigas colónias para ir de encontro à denominada 'vocalização africana' muito presente em certos sectores das forças armadas portuguesas (Raimundo, 2012, p. 52). Com efeito, a dimensão da cooperação técnico-militar com os PALOP é uma das áreas que foi retomada e consolidada no período pós-colonial de forma sustentada. No caso de Angola, a reaproximação com Portugal ocorreu sob o governo de Cavaco Silva diluindo as suspeições de Luanda em relação a Lisboa devido ao lobby de apoio à UNITA na capital portuguesa (Fernando, 2012; Vines, 2012, p. 369). No plano das relações Portugal-Moçambique, é importante sublinhar a relevância da ajuda técnica portuguesa ao país, onde Portugal se tem situado no grupo dos cinco principais doadores. Portugal e Moçambique criaram uma Comissão de Cooperação em 1977 mas esta só se tornaria operacional em 1982 (Adam, 1996, p. 145). Portugal ocupou o primeiro lugar em 1986 e 1987, seguido pela URSS, em terceiro lugar a Guiné Conacri (1986) e o Paquistão (1987), em quarto lugar a Tanzânia (1986) e a Republica Democrática da Alemanha (1987) e finalmente em quinto lugar Itália (1986) e Índia (1987) (ibidem, 146).

Para entender este maior envolvimento da parte de Portugal no que toca a assistência técnica é importante aludir à oportunidade criada pela orientação de política de desenvolvimento seguida pelo governo de Moçambique. Com efeito, o Plano Prospectivo Indicativo para o decénio 1980-1990 recriou projetos e atividades que tinham sido identificados pelos planificadores do Estado colonial. Tal foi levado a cabo dentro dos limites possibilitados pela teoria de desenvolvimento de inspiração marxista. Em segundo lugar, as superpotências com maior envolvimento nos Estados do espaço lusófono procuraram tirar partido do conhecimento privilegiado acumulado por Portugal durante a ocupação colonial. Assim, em meados da década de 1980 assistiu-se a uma crescente valorização por parte da União Soviética (e no caso específico de Angola também por parte dos EUA) do conhecimento técnico acumulado acerca de África por parte de Portugal (Carvalho, 2018, p. 161). No caso de Moçambique, Moscovo passou a envolver técnicos portugueses nos seus Programas de Apoio (Adam, 1996).

Em suma, a partir da década de 1980 houve da parte de Portugal um maior interesse e abertura relativamente ao seu envolvimento nas antigas colónias, e os novos Estados independentes deram sinais de querer ultrapassar o legado do colonialismo e restaurar relações na era pós-colonial.

No caso de Angola, os EUA e a antiga URSS chegaram a acordo para intermediarem no processo de paz entre os principais protagonistas: o MPLA liderado por José Eduardo dos Santos e a UNITA liderada por Jonas Savimbi. Por seu turno, Portugal foi incluído nesta colaboração entre os EUA e a URSS para terminar a guerra civil em Angola. Com efeito, Lisboa com o apoio de Moscovo e de Washington desempenhou um papel central no processo de paz angolano (Raimundo, 2013, pp. 246-247). A 25 de abril de 1990 o governo angolano anunciava que Portugal iria mediar as conversações diretas com a UNITA. A inclusão de Portugal na denominada Troika viria a culminar com o Acordo de Paz de Bicesse de 31 de maio de 1991.

No entender de Malaquias um conjunto de fatores foram críticos para restaurar a confiança entre Portugal e Angola, e superar o legado do período colonial através da concessão à ex-metrópole de um lugar de destaque diplomático a nível internacional. Estes fatores prenderam-se com uma maior vontade por parte de Portugal de se empenhar na busca de uma saída para a guerra civil que acompanhou Angola desde a sua independência, a capacidade de Portugal em estabelecer pontes entre os protagonistas por ter conseguido manter canais de comunicação abertos com os dois lados, um sentimento de culpa por parte de Portugal por ter partido de forma abrupta sem ter criado as condições para uma transição pacífica para o auto-governo, e, finalmente, um desejo de reconquistar presença empresarial em Angola (Malaquias in Wright, 1999, p. 36).

Como veremos na próxima secção, não parece ser coincidência que esta maior abertura dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face a Portugal tenha ocorrido com a aproximação do final da Guerra Fria e também com a tomada de consciência do reduzido impacto dos Estados africanos nas relações internacionais face à sua dependência em relação ao exterior.

## **As relações internacionais africanas no pós-Guerra Fria**

O final da Guerra Fria levou a um retraimento dos recursos externos disponíveis para as lideranças africanas, acompanhado de uma marginalização crescente dos países africanos em geral em relação aos centros de tomada de decisão de política internacional. Nesta secção exploram-se as implicações do retraimento

das superpotências para a sociedade internacional africana, bem como as oportunidades para novos e velhos atores, entre os quais Portugal.

As percepções e representações a partir do exterior (nomeadamente através dos meios de comunicação social de alcance global) de África enquanto continente sem esperança, permeado por epidemias, fomes e conflitos, também influenciaram a forma como as lideranças políticas de África tiveram de se repositonar a nível continental (Bunce, 2017). A aproximação do fim da Guerra Fria, combinada com os falhanços dos programas de desenvolvimento e das receitas de Programas de Ajustamento Estrutural contribuíram para uma maior contestação às lideranças dos partidos no poder. Com efeito, o retraimento dos recursos ao dispor dos Estados implicou que o pouco disponível deixou de ser redistribuído por alguns setores das sociedades africanas e passou a ficar exclusivamente concentrado entre as elites políticas. A vulnerabilidade face às condicionalidades políticas das Instituições Financeira Internacionais e dos doadores tradicionais do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) levou à inevitável democratização e realização de eleições multipartidárias em África. Como veremos abaixo, Portugal também soube capitalizar esta oportunidade nas suas relações com os PALOP.

A marginalização de África contribuiu para a reemergência de um conjunto de líderes que foram buscar inspiração ao pan-africanismo para criarem a representação alternativa de uma Renascença Africana. Esta visão do pan-africanismo do pós-Guerra Fria foi articulada por novos líderes pan-africanistas, a saber, Thabo Mbeki da África do Sul, Olusegun Obasanjo da Nigéria, Abdoulaye Wade do Senegal, Abdul-Aziz Bouteflika da Argélia, Joaquim Chissano de Moçambique e Alpha Oumar Konaré do Mali (Ndlovu-Gatsheni, *idem*, p. 26). O seu objetivo consistia na transformação da representação de África enquanto fonte de problemas numa representação de África enquanto voz a ser tida em conta nas estruturas de governação global.

A revitalização da ideia de União Africana e solidariedade continental foram percebidas pelos líderes africanos como correspondendo a um duplo propósito. Em primeiro lugar, como garante do desenvolvimento da “capacidade dos atores africanos em exercer poder estrutural e relacional como atores nas relações internacionais”, i.e. o desenvolvimento de agência africana nas relações internacionais (Blaauw, 2016, p. 85; Brown & Harman, 2013). Em segundo lugar, como forma de garantir proteção contra as interferências a partir do exterior que não tivessem em conta os desígnios dos atores africanos, i.e. que não corresponderem a uma visão associada ao lema das ‘soluções africanas para problemas africanos’. A transformação da OUA em União Africana (UA), formalizada em

julho de 2002, deve ser entendida à luz deste esforço de Renascença Africana e de reposicionamento de África face ao exterior. Neste contexto, as relações entre a UA e a União Europeia seriam centrais para as duas organizações internacionais. Se para a UA a dependência financeira manteve-se central, para a UE África tem sido objeto de intervenções motivadas, na maioria dos casos, não por fins humanitários mas antes por interesses nacionais (Gegout, 2017). Desde 2003 o continente tornou-se um laboratório militar para a evolução da Política Comum de Segurança e Defesa da UE. Em contraste, ao nível das narrativas europeias os Estados africanos são apresentados enquanto “parceiros” (Styan, 2017).

Com efeito, desde a adesão de Portugal ao projeto político de construção europeia (1986) até à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996) houve uma transição de uma orientação de política externa que subordinava as relações internacionais com a sociedade internacional africana às relações com a sociedade internacional europeia para uma política externa de complementaridade entre estes dois vetores centrais da diplomacia portuguesa, a saber o vetor europeu e o vetor africano (Teixeira 2004; Cravo 2012; Carvalho 2018). Raimundo (2012) defende que além da complementaridade entre tais vectores, no caso das relações com as suas antigas colónias africanas, Portugal procurou nalgumas situações manter um maior grau de autonomia ou separação. No entanto, no caso de Moçambique o impacto das ideias e normas europeias na política nacional portuguesa revelou-se comparativamente mais forte do que no caso de Angola (Raimundo, 2012). Com o final das guerras civis em Angola e Moçambique, a realização de eleições multipartidárias conduziu ao envolvimento de Portugal nas missões internacionais de observação eleitoral. Portugal no pós-Guerra Fria adotou a promoção da democracia como um dos princípios norteadores da sua política externa.

No pós-Guerra Fria e especialmente no século XXI, as potências emergentes (particularmente a China) conceberam as suas agendas e definiram os seus interesses face a África de uma forma que não raramente tende a entrar em divergência com os doadores tradicionais da OCDE. Em termos de normas norteadoras das relações entre África e os doadores tradicionais, a China ofereceu uma alternativa ao Consenso de Washington, que tende assim a ser substituído pelo Consenso de Beijing (Alden 2009, p. 355; Clapham, 2009, p. 364). Tal teve como consequência ampliar a agência dos Estados africanos face a outros atores. Clapham e Alden concordam que o Consenso de Beijing carece de uma componente ideológica. No entanto, diferem quanto à questão do impacto do envolvimento chinês em África. Enquanto o primeiro sublinha que esse envolvimento se tem revelado apenas concentrado em ganhos económicos de curto



prazo e que não tende a alterar de forma fundamental a experiência africana (Clapham, 2009, pp. 368-369), o segundo autor argumenta que o envolvimento da Ásia em África marca um ponto de referência cardinal para as relações internacionais de uma África sem europeus (Alden, 2009, p. 359). Com efeito, apesar das divergências, este desenvolvimento é incontornável para a compreensão das relações internacionais em África, e entre África e as outras regiões e atores do sistema internacional. No caso de Portugal, perdeu vantagens competitivas em Angola e Moçambique em duas frentes: face ao Brasil e face à China. No quadro desta mudança Portugal tem um vazio acrescido em termos de orientação de política externa para África, pelo que é de questionar qual a sua estratégia face ao maior papel das potências emergentes asiáticas nos PALOP, em particular face à China e à Índia. No entender de Mendes (2018), as relações chinesas com Angola e Moçambique são muito mais significativas do que com São Tomé e Príncipe, dada a resistência por parte deste Estado em ceder à pressão chinesa de não-reconhecimento de Taiwan. No caso da Índia, este país providencia apoio a São Tomé e Príncipe nos setores agrícola, educativo e sanitário. No que toca as relações com Moçambique, as relações são mantidas ao mais alto nível com investimentos em diversos setores. Relativamente a Angola, a Índia só é ultrapassada pela China como mais importante parceiro comercial. Para além destas potências emergentes asiáticas, a Coreia do Sul também mantém relações com Angola e Moçambique. Estas relações são baseadas num modelo asiático de cooperação Sul-Sul em termos de narrativas. No entanto, tal como Mendes (2018, p. 326) alerta, a retórica da cooperação de ganhos mútuos não disfarça os desequilíbrios da relação entre estas potências e os termos desiguais nos acordos concluídos.

Finalmente, a crise económica e financeira internacional desde o final da primeira década do século XXI (2008) e a crise do Euro (2011) alteraram em alguns casos a relação entre Estados africanos e Estados da OCDE. No caso português assistiu-se a uma alteração dos fluxos migratórios e financeiros com intensificação de migrações de Portugal para Angola e Moçambique, e de investimento angolano em setores chave da economia portuguesa. Finalmente, a recessão da cooperação de Portugal com África durante o período de crise portuguesa (2011-2014) permitiu uma reaproximação e revalorização das relações especiais com o espaço lusófono em geral e com os PALOP. Tal foi mais notório nos casos de Angola e Moçambique pela sua eleição enquanto destinos de migração de um número considerável de portugueses. Em 2014 estimava-se em 20.000 o número de novos residentes portugueses em Moçambique e entre 120.000 e 150.000 em Angola. No caso deste último país, a alteração do padrão de fluxos migratórios do Norte Global para o Sul Global, i.e. de Portugal para Angola, mostrou que a

relação pós-colonial estava consolidada e assente numa visão pós-imperial. No entanto, as hierarquias de poder, a ambivalência e a hibridiz nas relações quotidianas só podem ser entendidas à luz do legado do período colonial baseado na desigualdade e em relações de poder violentas (Åkesson, 2016, 2018). A situação de maior equilíbrio nas relações entre Portugal e Angola seria gradualmente reposta com o atenuar da crise em Portugal e com os constrangimentos para o crescimento da economia angolana, a partir da descida dos preços do petróleo.

Apesar da multiplicidade de atores e do maior interesse das potências emergentes asiáticas nos Estados africanos do espaço lusófono, face aos seus constrangimentos estruturais, estes últimos países não negligenciaram as relações consolidadas com os parceiros do Norte Global, incluindo com Portugal. As relações devem ser analisadas dependendo dos domínios onde cada ator pode oferecer maiores vantagens para cada um dos Estados do espaço lusófono individualmente considerados, sendo que caberá a Portugal retirar partido dos domínios onde pode oferecer uma vantagem comparativa. Tal análise, apesar de essencial, recai fora do âmbito do presente capítulo.

## Conclusão

Na evolução da sociedade internacional africana ao longo do tempo verificou-se um enfraquecimento do solidarismo e uma maior proeminência do pluralismo. Se nos anos 1960 o solidarismo foi mais forte do que o pluralismo, a partir dos anos 1970 e ao longo da Guerra Fria, com o maior envolvimento das superpotências, acabaria por se tornar cada vez menos saliente. Com efeito, nas relações de atores africanos com atores externos o pluralismo tornou-se a norma e o solidarismo a exceção. Tal foi assim salvo nas situações em que a sociedade internacional africana forjou uma posição consensual para se proteger contra as ingerências do Ocidente nos assuntos continentais, como no caso do distanciamento pan-africanista consensual face ao Tribunal Penal Internacional. Esta trajetória da sociedade internacional africana foi influenciada e constituiu, simultaneamente, uma oportunidade para um maior envolvimento de atores externos. Tal envolvimento nem sempre teve as melhores implicações para a consolidação da referida sociedade internacional africana. Foi a partir deste contexto que o presente capítulo analisou as relações de Portugal com os atores africanos desde a fase final do colonialismo até ao século XXI. O capítulo sublinhou instâncias reveladoras da forma como Portugal soube retirar partido ou foi constrangido pela saliência variável do solidarismo na sociedade internacional africana.

Durante a Guerra Fria o alinhamento com a antiga União Soviética ou com os Estados Unidos contribuíram para a diluição e subordinação dos princípios do pan-africanismo aos objetivos mais prementes de construção do Estado e obtenção de apoio externo. No entanto, alguns Estados tentaram manter o não-alinhamento económico para se furtarem à adoção do modelo de engenharia social baseado no socialismo ou no capitalismo resultante do seu respectivo alinhamento político. Em termos do debate em torno do pan-africanismo acabou por prevalecer a versão minimalista, aquela que resultou de uma visão de África unida por oposição ao legado desastroso do envolvimento externo das potências europeias sob a forma do colonialismo. Ao prevalecer esta visão, a estruturação de posições comuns passou a ser concebida em termos da necessidade de manter a solidariedade dos Estados membros face às tentativas de interferência externa por potências extra-continetais. Com a expansão da rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, à qual África não ficaria imune, o Movimento dos Não-Alinhados permitiu aos Estados africanos posicionarem-se com uma orientação comum em diversas organizações internacionais, em particular por ocasião de cimeiras ou das reuniões gerais da Assembleia das Nações Unidas. Mas nesta frente como noutras preponderou a retórica, pois a análise das práticas individuais de cada Estado revela divergências.

Com o final da Guerra Fria houve uma marginalização e enfraquecimento de África em termos da sua influência na agenda da política internacional. Face a um menor empenho por parte das potências ocidentais em África, as lideranças políticas revitalizaram a visão pan-africanista com o fim de contribuir para o reposicionamento de África, não enquanto fonte de problemas mas como uma voz a ser tida em conta nas estruturas e na reforma dos mecanismos de governação global. A partir de meados da década de 1980 surgiu uma oportunidade de re-aproximação de Portugal em relação às antigas colónias. Para os PALOP, Lisboa tornou-se uma via útil e aliada nos seus propósitos em relação a Bruxelas. Acresce o facto de no período pós-Guerra Fria as relações entre as organizações internacionais da sociedade internacional africana e da sociedade internacional europeia se terem tornado essenciais para os atores africanos fazerem face aos múltiplos desafios transnacionais de segurança. Uma vez mais a retórica e a prática não tendem a convergir e a dependência financeira por parte da UA no que toca as intervenções nos conflitos em África em relação à UE, entre outros atores, acaba por militar contra a consolidação de uma relação de parceria entre iguais.

No entanto, no século XXI, os Estados com um passado colonial em África não mantiveram uma vantagem competitiva num contexto internacional em que vários atores internacionais (incluindo atores não estatais) tenderam a aumentar

o seu envolvimento com os Estados na África Subsariana, sendo de destacar a China. O surgimento de novos atores, a par com a emergência de uma narrativa e da representação da África como continente em ascensão (de efeitos tão perniciosos como a narrativa e representação de África enquanto o continente sem futuro que tinha preponderado nos anos imediatamente a seguir ao final da Guerra Fria), se por um lado ampliaram a agência das lideranças africanas, por outro lado também contribuíram para o ressurgimento de rivalidades entre potências externas no acesso aos recursos energéticos do continente. No final, esta rivalidade tornou-se essencial para os atores africanos, nomeadamente as lideranças políticas, repensarem as relações internacionais africanas com o exterior e apresentarem o exponencial crescimento demográfico como uma das vantagens comparativas de África face a outras regiões do sistema internacional. A incapacidade das lideranças africanas de posicionarem África de forma competitiva na sociedade internacional poderá contribuir para perpetuar a trajetória de África como palco de rivalidades geopolíticas entre potências do século XXI.

Em termos da análise da evolução e mobilização das visões pan-africanistas ao longo das diversas eras de relações internacionais africanas conclui-se que os interesses nacionais e os interesses comuns (mais do que os coletivos) acabam por prevalecer face ao solidarismo continental em termos de orientação de política externa dos Estados individualmente considerados. A solidariedade continental, bem como a visão do pan-africanismo são mobilizadas ao nível da retórica como escudo de Estados soberanos numa sociedade internacional global marcada pela desigual distribuição de poder e influência. A principal tensão manifestou-se no desejo de apoio externo, bem como na resistência e desconfiança face à excessiva influência nos assuntos africanos por parte de atores externos. Tal como este capítulo argumentou, esta tensão também permeou as relações de Portugal com os PALOP e revelou-se mais marcante nas relações entre Portugal e Angola. Não por acaso, Angola é um dos Estados mais importantes para a política chinesa para a África, do ponto de vista da segurança energética.

Consequentemente, no século XXI assistiu-se gradualmente a uma perda de vantagem competitiva por parte dos Estados com um passado colonial em África, num contexto internacional em que vários atores internacionais aumentaram o seu envolvimento com os países da África Subsariana. A forma como a sociedade internacional africana mobilizar os seus interesses colectivos e gerar consensos em torno dos mesmos será determinante para a evolução das suas relações com os atores extra-regionais. A inserção dos Estados africanos do espaço lusófono nesta SIA permanece determinante para entendermos as relações

entre estes Estados, os atores do Norte Global, incluindo Portugal, e as potências emergentes.

## Referências bibliográficas

- Adam, Y. (1996). *Trick or Treat: The Relationship between Destabilisation, Aid and Government Development Policies in Mozambique 1975-1990*. (PhD), Roskilde University.
- Åkesson, L. (2016). Moving Beyond the Colonial? New Portuguese Migrants in Angola. *Cahiers d'Études Africaines*, LVI (1-2)(221-222), 267-285.
- Åkesson, L. (2018). *Postcolonial Portuguese Migration to Angola: Migrants or Masters?* London: Palgrave Macmillan.
- Alden, C. (2009). Africa Without Europeans. In C. Alden, Large, Daniel, and de Oliveira, Ricardo Soares (Ed.), *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace* (pp. 349-359). London: Hurst & Company.
- Banégas, R., Marchal, R., & Meimon, J. (2007). La fin du pacte colonial? *Politique Africaine*, 105, 7-26.
- Blaauw, L. (2016). African Agency in International Relations. challenging great power politics? In P.-H. Bischoff, A. Kwesi & A. Amitav (Eds.), *Africa in Global International Relations: Emerging Approaches to theory and Practice* (pp. 85-107). London & N.Y.: Routledge.
- Brown, W., & Harman, S. (Ed.). (2013). *African Agency in International Politics*. London & N.Y.: Routledge.
- Bunce, M., Franks, S., & Paterson, C. (2017). *Africa's Media Image in the 21<sup>st</sup> century: From the «Heart of Darkness» to «Africa Rising»*. London & N.Y.: Routledge.
- Buzan, B. (2014). *An Introduction to the English School of International Relations: The Societal Approach*. Cambridge & Malden: Polity.
- Carvalho, C. (2018). Africa and Portugal. In D. Nagar & C. Mutasa (Ed.), *Africa and the World: Bilateral and Multilateral International Diplomacy* (pp. 143-165). Cape Town: Palgrave Macmillan & Centre for Conflict Resolution.
- Clapham, C. (1996). *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clapham, C. (1998). Degrees of statehood. *Review of International Studies*, 24(2), 143-157.
- Clapham, C. (2009). Fitting China In. In C. Alden, D. Large, & R. S. de Oliveira (Eds.), *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace* (pp. 361-369). London: Hurst & Company.
- Cravo, T. (2012). Consolidating Partnerships: History and Geopolitics in Portugal's Twenty-first Century Foreign Policy. In S. Royo (Ed.), *Portugal in the 21st Century: Politics, Society and Economics* (pp. 215-244). Lanham, MD: Lexington Books.
- de Barros, L. (2009). Brief notes on the diplomatic relationship between Ethiopia and Portugal, 1959-2009. In I. Boavida, & M. J. Ramos (Eds.), *Ras Tafari in Lusoland: On the 50th anniversary of Haile Selassie's 1 state visit to Portugal (1959-2009) Exhibition Catalogue* (pp. 46-47). Lisbon: Centro de Estudos Africanos.
- de Sá, T. M. (2011). Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola. Lisboa: D. Quixote.
- de Waal, A. (2015). Genealogies of transnational activism. In A. de Waal (Ed.), *Advocacy in*

- Conflict: Critical Perspectives on Transnational Activism* (pp. 18-44). London: Zed Books.
- Dunne, T., & Reus-Smit, C. (Ed.). (2017). *The Globalization of International Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Fernando, E. (2012). *A Estratégia de Cavaco Silva para África – O virar da Página de Portugal nas Relações Políticas com Angola*. (Msc) ISCTE-IUL, Lisboa.
- Fobanjonj, J. (2006). Articulating Cabral's Regionalist and Pan-africanist visions. *African Identities*, 4(1), 113-125.
- Gegout, C. (2017). *Why Europe Intervenes in Africa: Security, Prestige and the Legacy of Colonialism*. London: Hurst.
- Guimarães, F. A. (2001). *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. London: Mac Millan Press.
- Jones, B. G. (2011). Anti-Racism and emancipation in the thought of Cabral, Neto, Mondlane and Machel. In R. Shilliam (Ed.), *International Relations and Non-Western Thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity* (pp. 47-63). London & N.Y.: Routledge.
- Malaquias, A. (1999). Angola: the Foreign Policy of a Decaying State. In S. Wright (Ed.), *African Foreign Policies* (pp. 23-42). Oxford: Westview Press.
- Mayall, J. (2000). *World Politics: Progress and its limits*. Cambridge: Polity Press.
- Mendes C. A. (2018). Asia in Lusophone Africa. In P. A. Raposo, D. Arase, & S. Cornelissen (eds), *Routledge Handbook of Africa-Asia Relations* (pp. 320-33). Abingdon: Routledge.
- Monteiro, O. (2012). *De Todos se Faz um País*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Ndoluvu-Gatshemi, S. J. (2014). Pan-Africanism and the international system. In T. Murithi (Ed.), *Handbook of Africa's International Relations* (pp. 21-29). London: Routledge.
- Nzomo, M. (1999). The Foreign Policy of Tanzania: From Cold War to Post-Cold War. In S. Wright (Ed.), *African Foreign Policies* (pp. 182-198). Oxford: Westview Press.
- Pedro, L. T. (2019). *Angola no Contexto da SADC - Cooperação no Quadro de Defesa Angola/Namíbia (1990-2015)*. (PhD), Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Raimundo, A. J. (2012). *The Europeanisation of national foreign policy: Portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010*. (PhD) The London School of Economics and Political Science (LSE), London.
- Raimundo A. (2013). Between Europeanization and domestic influences: Portugal's post-colonial relations with Angola. *Journal of Contemporary European Research*, 9(2):242-60.
- Shilliam, R. (2011). *International Relations and Non-Western Thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. London & N.Y.: Routledge.
- Styan, D. (2017). Europe's multiple security strategies towards Africa. In S. Economides & J. Sperling (Eds.), *EU Security Strategies: Extending the EU System of Security Governance*. Abingdon: Routledge.
- Taylor I. (2010). *The International Relations of Sub-Saharan Africa*. N.Y. & London: Continuum.
- Teixeira, N. S. (2004). Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-2000. In A. C. Pinto (Ed.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 87-116). Lisboa: Dom Quixote.
- Teixeira, N. S., Domingues, F. C., & Monteiro, J, G, (Ed.). (2017). *História militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- Tornimbeni C. (2018). Nationalism and Internationalism in the liberation struggle in Mozambique: the role of FRELIMO's solidarity network in Italy. *South African International Journal*, 1-21.
- Vines, A. (2012). Portugal, the EU, and Africa. In A. Adebajo & K. Whiteman (Ed.), *The EU and Africa: From Eurafrique to Afro-Europa* (pp. 365-384). London: Hurst & Company.
- Wright, S. (Ed.). (1999). *African Foreign Policies*. Oxford: Westview Press.
- Yan, E. S. T. (2013). *Understanding African International Society: An English School Approach*. (PhD), Aberystwyth University, Aberystwyth.
- Yan, E. T. S. (2015). Interactions between African and Global International Societies: the African Peer Review Mechanism (APRM). *Global Discourse*, 5(3), 398-411.